

# **Aliança, negociação e rebeldia indígena no Ceará colonial: deslocamentos e dimensões identitárias**

*Manuel Coelho Albuquerque\**

## **Resumo**

Este artigo analisa as relações entre índios, europeus e colonos durante os primeiros tempos de colonização da capitania cearense. Os deslocamentos, as dimensões e dinâmicas identitárias do Seará indígena são demonstradas nas alianças, negociações, “adaptações” e nas rebeldias explícitas. O índio, muitas vezes, recria parte de seu mundo a partir da apropriação de referenciais do colonizador, afirma a sua identidade no espaço tradicional e no espaço do “outro”, ressignificado.

**Palavras-chave:** Territorialidade. Memória. História indígena.

## Entre alianças e rebeldias

Os povos indígenas, ao longo do período de colonização, moldaram situações e atuaram das formas mais diversas fazendo sobreviver a indianidade, tanto em espaço próprio quanto no espaço do “outro”, ressignificado. O fato é que as circunstâncias da vivência na Colônia provocaram uma série de dinâmicas e deslocamentos territoriais, sociais e culturais.

No Ceará, é possível verificar, a partir de olhar atento e sensível às formas diversas de resistência e sobrevivência da indianidade, que, mesmo em espaços de aparente aculturação, o maracá rugiu intensamente. Os índios, ao utilizarem mecanismos próprios da cultura dos invasores europeus, não estavam simplesmente sendo absorvidos à lógica do colonizador. Estavam, muitas vezes, defendendo perspectivas de ação e reação ou (re)criação do próprio mundo nativo. É assim que podemos interpretar, por exemplo, o pedido que os índios do Seará fizeram aos holandeses, em 1637, para que expulsassem os portugueses de suas áreas: “Queriam entregar-nos o castelo do Seará, para expelir os portugueses e fazer-nos senhores daquela região” (STUDART, 1896, p. 42).

Numa outra carta, do final daquele ano, 17 de Novembro de 1637, o Conselho Supremo do Brazil, ligado à Companhia das Índias Ocidentais, envia para a Europa uma segunda comunicação:

Em nossa carta anterior, avisamos a VV. SS. que um bando de índios do Seará aqui viera ter para pedir aliança conosco e nos mover a expedir tropa que tomasse o castelo e vencesse os portuguezes... por muito tempo os detivemos com boas palavras, esperando ocasião oportuna, mas como eles continuaram a insistir, e finalmente pediram que resolvessemos, pois queriam voltar para a sua terra, examinamos mais atentamente a importância e a exequibilidade da empreza.(STUDART, 1896, p. 48)

A aliança, aqui, parece ser mais uma tática dos índios para se manterem nas suas próprias terras, talvez por entenderem que as regras do jogo holandês eram outras, diferentes.

É importante considerar a disputa do espaço colonial pelas nações europeias, neste período. A primeira ocupação holandesa no Ceará ocorreu de 1637 a 1644. O objetivo imediato seria a descoberta e posse de salinas. Havia também a existência de objetivo mais indireto: assegurar um ponto de apoio para futuro ataque ao Maranhão. Vale notar que a América portuguesa, na primeira metade do século XVII, vivia sob o domínio espanhol, o que provocou o rompimento do sólido comércio do açúcar que Portugal, há muito, tinha com a Holanda. Os holandeses criaram a Companhia das Índias Ocidentais e investiram na conquista das áreas onde, abundantemente, se produzia a cana de açúcar. Importante ainda era conquistar as áreas que lhes possibilitassem complemento na economia, incluindo-se as regiões salineiras ou terras onde se imaginava existir minas. Também importantes eram os espaços estratégicos para o alcance de outros pontos cobiçados na colônia.

Na disputa do território, portugueses e holandeses sabiam bem: a conquista do maior número possível de índios aliados seria algo decisivo para a derrota do inimigo. Com esta compreensão, é que o Almirante Brondewyn Headrikson, em 1625, leva para a Holanda algumas lideranças indígenas, inclusive nativos do Ceará, como Gaspar Garaupaba e André Francisco (SOUTO MAIOR, 1912, p. 73). Os holandeses levavam os índios para seu país com a justificativa de “educá-los”, ensinar-lhes a língua, a escrita, os costumes, a religião. Estas lideranças indígenas, depois de “educadas”, voltariam ao Brasil para assim, segundo se presumia, conseguirem mais eficazmente convencer o seu povo da vantagem de se aliarem aos flamengos.

O povo potiguar, do qual destaca-se Antônio Paraupaba, é bom exemplo do tipo de aliança dos índios com os holandeses. A razão maior da aproximação dos Potiguares com os flamengos deu-se por conta do terrível massacre desses índios pelos portugueses, na “baía da Traição”, em 1625, o que levou boa parte da nação potiguar a se opor decisivamente aos lusos. Antônio Paraupaba, então, seguiu para a Holanda junto a outros seis índios de sua nação, entre os quais, o pai, Gaspar Paraupaba, e Pedro Poti, que, mais

tarde, se notabilizaria em lutas ao lado dos flamengos. Viveu cinco anos em Amsterdam, tempo em que aprendeu a língua holandesa e converteu-se ao calvinismo. Vitoriosos na invasão de Pernambuco, em 1630, os holandeses tiveram, em Antônio Paraupaba, vigoroso comandante, mobilizando campanhas militares contra os portugueses e seus aliados indígenas (VAINFAS, 2000, p. 51). Vê-se, assim, o quanto as alianças com os índios eram importantes para as nações europeias na disputa pelo território e suas riquezas.

Na perspectiva de reconquistarem os índios do Ceará como seus aliados, e, portanto, de se fortalecerem diante do inimigo holandês é que os portugueses chegaram a reivindicar a volta, ao governo da capitania do Ceará, de Martin Soares Moreno, por ser ele, segundo o que afirmavam, a pessoa mais capaz de ter os nativos ao lado dos portugueses.

Podemos perceber, então, que os cuidados que manifestavam as autoridades holandesas, em não desagradarem ou causarem maiores prejuízos aos índios, devia-se também, em boa parte, à necessidade que tinham de não jogarem os índios para o campo inimigo. Como forma de se diferenciarem dos portugueses e conseguirem manter os índios como aliados, havia a orientação das autoridades holandesas para que deixassem os mesmos na prática de seus costumes e livres de opressão. Nota-se a existência de descompasso entre o que pregavam os membros do Conselho das Índias Ocidentais e a efetiva prática dos colonos. O caráter pacífico e amigável que apresentavam formalmente não resistiu ao convívio efetivo com os índios. Os flamengos passaram a utilizar a mão-de-obra indígena de forma gratuita para os mais diversos serviços. A escravidão do nativo era uma constante nas terras do Ceará. A resposta dos índios foi contundente:

A crescente opressão exercida pelos holandeses sobre os pobres índios e principalmente a falta de pagamento aos que trabalhavam nas salinas moveram-nos a uma revolta e ao morticínio dos opressores. Destruíram a guarnição e saquearam os barcos dos inimigos. (STUDART, 1896, p. 55)

O resultado das práticas de exploração dos índios, efetuadas pelos holandeses, portanto, foi a invasão da guarnição, o morticínio e a própria expulsão dos flamengos do Ceará. Numa ata do Conselho das Índias Ocidentais, de 21 de março de 1644, diz-se que, em relação aos índios do Ceará, “pouco se pode fazer empregando a força contra uma nação tão selvagem e em tão ampla região”. A orientação dos dirigentes holandeses, no sentido do não-confronto direto com os índios, e a passagem da ata citada, deixa claro que era também por saberem que os índios não só estavam em maioria, mas estavam em território próprio e amplo. Este elemento junta-se, portanto, ao já explicitado, referente à necessidade de força frente aos portugueses. Os flamengos teriam que conviver e fazer concessões, reelaborando o seu domínio, de acordo com as possibilidades de ação, nas circunstâncias em que estavam inseridos.

### **Mathias Beck e a 2ª expedição holandesa ao Ceará**

Um dos documentos mais importantes na revelação de táticas, estratégias, astúcias presentes nas relações índios/holandeses é o Diário da Expedição de Mathias Beck. O autor dá notícia do que fizeram para tentar ganhar os índios, logo na chegada da expedição que realizava a segunda investida às terras do Seará Grande. Era o ano de 1649: “resolvemos mandar à terra, para predispor os naturaes a nosso favor, alguns dos índios que vieram conosco e são d’aqui” (BECK, 1903, p. 350).

Os índios a que o autor se refere são aqueles já mencionados, índios levados do Ceará para a Holanda, ou índios de Pernambuco aliados aos protestantes holandeses, índios principais, e que tinham agora a função de legitimar e possibilitar ambiente favorável ao estabelecimento dos flamengos, pela segunda vez procurando firmar o domínio sobre as terras e gentes do Seará.

Matias Beck dá exemplos da dinâmica das sociedades indígenas nas terras do Seará Grande. Demonstração disso é a

referência que faz à assembleia realizada pelos índios para decidir a presença e permanência holandesa em suas terras:

Veio ter comigo o meu negro chamado Domingos, que nasceu aqui no Siara, e avisou-me que passando pelo sitio onde os índios estavam acampados, viu-os reunidos numa grande roda discorrendo sobre a nossa vinda, e que, entre outras cousas, haviam combinado que nos deixariam por em terra todos os nossos bens até ver como os trataríamos e que, se não tratássemos a contento da sua expectativa, guardariam ocasião para matar-nos todos e apoderarem-se dos nossos bens para entre si dividi-los. ( BECK, 1903, p. 363).

Os índios mostram, com essa atitude, o poder de articulação e organização que têm no planejamento e no delicado campo das táticas de negociação e da resistência sutil. Percebiam a possibilidade dos benefícios e malefícios que poderia provocar a presença europeia ali, e preparavam-se para a defesa de seus interesses. Em “roda”, pensavam e discutiam as questões que os afetavam. É importante notar, também, que esses nativos já possuíam toda uma vivência com os europeus, uma vez que os próprios holandeses, como vimos, foram solicitados pelos índios para que expulsassem os portugueses de seus territórios. Vale lembrar que os holandeses já haviam permanecido ali por vários anos, na mesma região, e os nativos, experimentado dissabores junto a eles. O que fazia, portanto, com que estes índios que, uma vez expulsaram os holandeses de suas terras, consentissem outra vez, a permanência dos mesmos em seus espaços territoriais?

Alguns elementos devem ser levados em conta. O primeiro deles são as próprias lideranças, índios principais que viajaram e permaneceram longo tempo junto aos holandeses, aprendendo-lhes a língua, a religião, o ódio aos colonos católicos. Esses índios agora voltavam com a expedição de Matias Beck e inseriam-se em meio ao seu povo. A identidade individual desses índios havia passado por transformações, mas, ao retornarem ao seu povo e ao seu ambiente originário, eram ainda os mesmos líderes respeitados, e talvez esse respeito tivesse mesmo aumentado, em face das aquisições conseguidas junto

aos estrangeiros, a língua, por exemplo, e outros conhecimentos. O que estou querendo dizer é que certamente estas pessoas foram bastante influentes, no que diz respeito ao comportamento geral dos nativos, sobre a segunda invasão flamenga às terras do Ceará.

O segundo elemento a ser considerado são as expectativas dos índios quanto à obtenção de presentes. Este é um ponto interessante, a merecer atenção, uma vez que aqui estão envolvidos aspectos sociopsicológicos instigantes. Será analisado adiante.

Outro elemento são as “cartas de perdão”, ofertadas aos principais líderes da rebeldia que matou e expulsou os holandeses quando de sua primeira ocupação no Ceará. Os flamengos, sabedores da rebeldia indígena em anos anteriores, oferecem cartas de perdão aos índios principais, enviadas pelos próprios “nobres e poderosos senhores” de Holanda. Essas cartas procuravam produzir impactos essencialmente simbólicos, uma vez que os próprios índios não conseguiam decifrar o conteúdo da escrita, sendo lidas por terceiros ou apenas mostradas e feita a comunicação do que, de fato, se tratava. Por fim, é interessante ver que, mesmo considerando os elementos acima, os índios estão impondo condições para aceitar os holandeses no seu meio. Iriam observar os seus comportamentos e ter a certeza de não serem molestados. Caso não os tratassem “a contento de suas expectativas”, aguardariam a ocasião propícia para tomar todos os bens dos estrangeiros e dividir entre eles.

### **Presentes... trocas...**

Aspecto interessante a se notar, no Diário de Mathias Beck, é a mão dupla do sentido de enganar. Índios e holandeses inventavam justificativas objetivando despistar um ao outro. Enquanto os holandeses diziam que o forte (o Shoonemboorck), que construíam, destinava-se a proteger os nativos, ali habitantes, contra os índios “tapuias”, escondendo a razão verdadeira de proteção de si mesmos e defesa da terra que tomavam posse, os índios os engana-

vam afirmando saberem o local das minas, e os guiando por caminhos que levavam a nada, a fim de obter os presentes prometidos.

O principal Francisco Caraya, de todos os índios, tem o melhor conhecimento do assunto, em razão dos seus anos e de ser conhecedor de toda esta região; a vista disso discorri largamente com o dito Caraya sobre as minas, obtendo dele a confissão de que sabe perfeitamente o lugar onde se acham... e deu-me a segurança de que estava pronto, em todo o tempo que me aprouvesse, a conduzir-me ao referido lugar, desde que primeiramente o presenteasse com um vestido, um chapéu, uma camisa, meias, sapatos e uma espada. ( BECK, 1903, p. 365).

Interessante é ver a procura do holandês pelo índio mais velho, com mais experiências e mais conhecimentos da área, e assim, possivelmente, mais confiável. Aspecto interessante também é a atitude do principal em solicitar, “primeiramente”, os presentes para só então se determinar a mostrar o local das minas, uma forma de angariar para si os objetos do europeu, antes de levá-lo ao inexistente. Os presentes consistiam, todos eles, em elementos próprios do mundo dos “conquistadores”, demonstração do complexo caminho das misturas que já se estabeleciam no Seará Indígena. O nativo percebe o desejo e a ambição do holandês para com os metais, e procura jogar com isso.

Os presentes que os índios recebiam dos europeus, ou as trocas que efetivavam, nem sempre significavam a submissão ou ingenuidade de sua parte, inseriam-se numa lógica própria de seus mundos e na perspectiva de alianças estratégicas. John Monteiro observou que a prática do escambo só ganhava sentido quando vinculado à “dinâmica interna das sociedades indígenas” (MONTEIRO, 1994).

Mathias Beck, em seu Diário, dá conta dos inúmeros presentes destinados aos principais. O principal João Amanaju-Pitanga, no entanto, rebela-se e exige presentes mais valiosos. Como é o principal ‘que mais gente tem sob as suas ordens’, os holandeses logo prometem trazer, de Pernambuco, vestidos luxuosos, machados e foices à vontade, além de cartas de



perdão. 'Fiz-lhes entregar, por ocasião da distribuição dos presentes, cartas de perdão cuja importância e alcance mandei que lhes fossem traduzidos'.

A partir do destacado acima, é possível perceber a avidez com que os índios se interessavam pelos “presentes” dos europeus, pelo novo, pelo útil, pelo diferente, pelo que significavam em termos de valores simbólicos. Esses objetos também eram ressignificados entre os próprios índios. O que para o europeu era “quinquilharia”, para os índios tinha significação diversa. Sobre isto, a propósito, Viveiros de Castro fez observação perspicaz, destacando o tipo de imagem construída e cristalizada, em face do comportamento indígena, sobre os “presentes” de missionários ou colonos europeus, ou, no outro polo, a concepção reticente de estudiosos dos índios, em admitir a simpatia destes por tais objetos, por caracterizar certo “consumismo”, considerado impróprio aos modos de viver nativo.

Eis um outro tema que fez fortuna, na construção da imagem negativa do ‘índio’ – homem leviano, capaz de fazer qualquer coisa por um punhado de anzóis – e que continua a freqüentar os pesadelos de muitos observadores bem-intencionados, que gostariam de ver ‘seus’ índios recusarem, em nome dos valores mais altos da cultura nativa, as quinquilharias com que lhes acenam (CASTRO, 1992, p. 40)

Vale destacar aqui a referência de Tzvetan Todorov à mesma questão, no contexto dos primeiros contatos de Colombo com os índios do continente americano. Todorov cita um trecho da descrição que Colombo faz das trocas que efetivou com os índios: “Alguns tinham pedaços de ouro no nariz, que de bom grado trocavam por [...] [coisas] que valem tão pouco que não valem nada”. E segue o autor observando a diferença nos sistemas de valores dos europeus e dos nativos, incompreensíveis para Colombo:

Colombo não compreende que os valores são convenções. E, quando conclui a descrição das trocas dizendo: ‘Até pedaços de barris quebrados aceitavam, dando tudo o que tinham como bestas idiotas!’ (Carta a Santangel, fevereiro-março de

1493), temos a impressão de que é ele o idiota: um sistema de troca diferente significa, para ele, a ausência de sistema, e daí conclui pelo caráter bestial dos índios. (TODOROV, 1999, p. 45)

Viveiros de Castro reivindica a necessidade de uma percepção sensível da complexidade que tal comportamento indígena requer, atentando inclusive para o aspecto da própria afirmação e dinâmica da identidade destes grupos, contidas na perspectiva de que o movimento de incorporar o outro é também o de assumir a sua alteridade: “Os implementos europeus, além de sua óbvia utilidade, eram também signos dos poderes da exterioridade, que cumpria capturar, incorporar e fazer circular”. (CASTRO, 1992, p. 41)

### **Os índios “principais”**

Para os índios “principais” estas questões se revestiam de significado particular, já que os tais presentes dos europeus eram entregues em suas mãos para que realizassem a distribuição para os demais índios de seu grupo. Ora, a atitude dos europeus de colocar, nas mãos dos principais, a tarefa de distribuição dos tais objetos mantém vínculos estreitos com práticas tradicionais das chefias, no seio das sociedades nativas. Pierre Clastres observou que, ao lado do talento oratório e de ser um “fazedor de paz”, um pacificador, das chefias se esperava intensa generosidade, dar presentes era algo que fazia parte do cotidiano de chefe (CLASTRES, 1990, p. 24). Na nova situação, este papel lhe possibilitava dividendos simbólicos e reforço no seu valor, junto ao povo a que pertencia.

Os denominados índios principais tinham papel decisivo na articulação de seu povo. Aliás, as lideranças indígenas tiveram sempre papel de imenso destaque e intensa participação em funções de contatos diretos com os “brancos” e nas atividades tradicionais que exerciam, no mundo pré-colonial. Não é à toa o interesse que demonstravam os colonos, missionários e autoridades governamentais por esses nativos.

Os Principais eram índios que se situavam nos limites entre o mundo nativo e o mundo europeu. Um mundo complexo, misturado, fronteiro. Embora não possamos vê-los como sempre ou necessariamente subordinados ou em confronto com a ordem colonizadora, os principais eram indivíduos que transitavam, acolhiam e recriavam os dois mundos aos quais pertenciam. Lideranças de seu povo mas também chefes e intermediários das autoridades colonizadoras oscilavam, portanto, nos acordos e alianças com os europeus e na liderança, vigilância e cuidados com a sua gente.

A posição de procurar “ganhar” os principais para o lado dos seus interesses colonialistas dava, em face da própria força, prestígio, legitimidade das chefias junto aos povos nativos que pertenciam. Em muitas ocasiões, estes demonstravam o seu vínculo e defesa de elementos de suas tradições, mesmo quando aliados às práticas colonialistas. Quando inseridos nos aldeamentos jesuíticos, por exemplo, tornaram-se figuras mais claramente divididas entre os dois mundos, oficialmente pertencentes ao mundo dos colonos e missionários. É possível vê-los desempenhando papel ativo, em defesa de modos de vida que se perdiam e se transformavam na capitania do Ceará.

A colonização efetiva das terras indígenas traria aos principais, e ao modo de vida dos índios em geral, profundas modificações. As fugas na procura de espaços livres, o desenraizamento, a resignificação de novos ambientes. A nova dinâmica reconfigurava-lhes a identidade.

Entre 1680 e 1715, as terras cearenses são distribuídas, em sua maior parte. Cartas de Sesmarias foram doadas a particulares para que viabilizassem a ocupação dos sertões por meio da instalação de fazendas de criar gado. Durante este período, principalmente, e não por acaso, ocorreu intensa reação dos nativos à invasão de suas terras. O conflito ficou conhecido como “Guerra dos Bárbaros”.

## Recriando a terra pe(r)dida

A conquista e colonização da capitania do Ceará deixou aos índios o legado de extermínio, escravização, inserção nos aldeamentos jesuíticos e, conseqüentemente, a gradativa perda de seus espaços territoriais. Foi neste contexto de reterritorialização, que surgiram algumas solicitações de terras feitas por índios, sendo os principais das aldeias jesuíticas os protagonistas maiores.

No Seará Grande, os pedidos de sesmarias dos índios surgiram durante a primeira metade do século XVIII, período em que se estabelece o efetivo domínio colonizador na capitania. A fala do nativo é representada e filtrada, segundo o que era considerado importante para convencer os governantes da conveniência de se conceder as terras que o solicitante buscava legitimar como suas.

O fato é que as lideranças indígenas, sobretudo os “principais” das Missões jesuíticas, sabiam bem dos direitos que a legislação colonial e especialmente a referente aos aldeamentos lhes proporcionavam. Por essa razão, recorriam às cartas de concessão de terras junto às autoridades da capitania. A legislação, possibilitando aos índios a conquista de alguns direitos, é reveladora da dinâmica de forças da situação colonial.

A lógica colonizadora dos europeus, neste período, não era a de reconhecer gratuitamente direitos aos nativos. Laura de Melo e Souza e Maria Fernanda Bicalho manifestaram-se a respeito do controle e poderes amplos que detinham os reis, no Antigo Regime, sobre as suas possessões coloniais, terras e vassalos:

No que dizia respeito a ordem política interna(do reino e colônia), o soberano detinha a prerrogativa de castigar e de perdoar, além de recompensar, por meio da concessão de mercês e benefícios, a lealdade e os serviços dos bons vassalos, reforçando, dessa forma, os laços de sujeição que os ligavam ao reino e a si próprio. (BICALHO; SOUZA, 2000, p. 86).

Nessa perspectiva, as concessões de parcelas de terra aos índios, aldeados ou não, significavam o reforçamento no controle e sujeição dos nativos à ordem colonial. Era o que pretendiam os setores dominantes, na metrópole e na colônia. No entanto, mesmo admitindo a sujeição ou vassalagem dos índios principais, por exemplo, é possível notar, nas minúcias dos argumentos e justificativas dos pedidos de sesmarias, que os espaços territoriais reivindicados significavam mais do que desejavam e permitiam as autoridades coloniais.

Para os índios, a conquista da terra significava mais do que produzir, plantar e criar gado, fazendo toda a diferença entre o ser índio e o não ser.

Essa dimensão identitária dos nativos, em relação aos seus territórios, aparece explícita no pedido de sesmaria, datado de 1708, momento auge da exploração das terras cearenses pelos “brancos”, através da atividade pecuária:

Diz o Capitão Thomé da Silva Campelim, índio e filho do principal verdadeiro do gentio a que chamam cabidello, que o seu avô era senhor e possuidor das terras da serra da Pacatuba, Jererahú até o Cocó, donde fabricou sua aldeia por ordem dos senhores antecessores de V.M. e que hoje está existindo no sítio chamado de Paupina. Os moradores brancos se foram apossando de todas as tais terras e foram correndo com os suplicantes e seus parentes para o centro dos matos, em cujos lugares estão criando a seus filhos que desassossegados e porque os ditos brancos se estão entremetendo nos lugares que eles suplicantes buscaram para se retirar de dúvidas com os mesmos brancos. Pede novas terras para ele e seus parentes aldeados da dita aldeia da Paupina e seus descendentes, para que possam criar seus filhos e sem serem constrangidos de brancos, portanto.

Está tudo aí. Pouquíssimos documentos desse período expressam, de maneira tão viva, o drama dos nativos, suas preocupações e a busca de saídas. Fugir das perseguições, procurar espaços próprios, os espaços dos antepassados, os espaços ressignificados como importantes para si, as terras onde existiram antigos aldeamentos

deslocados, os centros dos matos onde pudessem não ser importunados. Recorrer ao instrumento da própria legislação colonial para que, assim “legalmente”, as terras fossem suas e, quem sabe, fossem finalmente respeitados nesses espaços.

Assim, quando os índios solicitam parcelas de terras, muitas delas pertencentes a eles, no passado, ou aos ancestrais, suas atitudes não podem ser vistas numa perspectiva estreita e desvinculada das dimensões mágico-religiosas, simbólicas e identitárias. “Retirar-se de dúvidas” ou desejar criar seus filhos “comodamente” e sem “constrangimentos” significava o desejo de reconstruir ou reconfigurar um modo de viver que lhes possibilitasse preservar-se enquanto índios. Há, no pedido de sesmaria visto acima, uma ressignificação de territorialidades, uma vez que a terra desejada e solicitada pelo principal é a terra de antigo aldeamento jesuítico, onde seu povo foi habitante. A carta refere-se, ainda, à vasta área em que o avô do índio era “senhor e possuidor”, e mais: os elementos do passado indígena permeando toda a justificativa do pedido das terras.

Neste sentido, vale lembrar aqui o historiador Peter Burke, que, tratando da relação espaço-memória-identidade, observou particularmente o comportamento de alguns dos missionários católicos, no Brasil, os padres Salesianos. Esses pareciam demonstrar consciência da ligação existente entre espaços e recordações, pois “uma das estratégias para a conversão dos índios Bororó, era retirá-los das suas aldeias tradicionais, onde as casas estavam em fila.” No entanto, o próprio Burke refere-se ao “desenraizamento e transplante”: “em determinadas circunstâncias um grupo social e algumas das suas recordações podem resistir à destruição de seu lar” (BURKE, 1992, p.241).

Ora, a prática de aldeamentos missionários consistiu nesse tipo de concepção e encaminhamento. Os índios, deslocados de seus espaços tradicionais, eram confinados em outro ambiente, onde exatamente se procurava extirpar os costumes antigos, suas crenças, o jeito próprio de ser. Mas o resultado, quase sempre, não era o esperado. Assim, os índios “desenraizados” e inseridos

nas aldeias missionárias, realizavam “transplantes” de seu antigo mundo cultural, nos espaços que conquistavam para plantios, e no interior dos aldeamentos, ressignificando-os.

Em 1720, o requerimento coletivo dos índios da Ibiapaba, ao Rei, reclamava da fome que os aldeados padeciam, por não terem terras adequadas e suficientes para plantarem. Requerem as terras de seus pais e avós:

Dizem os índios da aldeia da serra da Ibiapaba da capitania do Seara Grande que por eles serem muitos e cada vez se lhes agregarem mais tapuias, que hoje passam de 400 e por constarem as terras que lhes foram demarcadas de muitos penedos e quebradas inúteis e as poucas que eram capazes de plantas já estarem plantadas, não acham donde podem plantar seus mantimentos de que nasce haver na aldeia uma contínua fome e se não fora a caridade de seus missionários que com algum gado que criam para seu sustento acodem aos mais necessitados, mais de cem viúvas desamparadas e muitos meninos órfãos cujos pais morreram nas guerras ou de doenças em climas estranhos em serviço dos moradores, morreriam de fome. Pedem humildemente a vossa real majestade que seja servido dar-lhes o distrito das suas terras concedendo-lhes toda a terra que lhes fica em cima da serra, visto serem incapazes de criar gado, começando desde a ladeira da... (Ilegível) até o lugar chamado itapiúna, que são as terras em que plantavam sempre seus pais e avós, que estão hoje descansadas e capazes de darem mantimentos. elo caráter bestial dos índios. (TODOROV, 1999, p. 45)

Os índios recorrem, neste caso, como forma de salvação de suas vidas e da sobrevivência de sua indianidade, às terras de "seus pais e avós". O documento demonstra, inequivocamente, a importância dos espaços tradicionais para a sobrevivência dos grupos nativos. O argumento de que são terras dos avós, aparece como significativo para dar legitimidade ao pedido. As terras dos antepassados são também suas. São ainda suas.

## Notas

\* Historiador, Professor UECE e UVA-CE. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará, desenvolve pesquisas sobre os índios do Ceará e nordeste, articulando História, Memória e Identidade em diferentes tempos e espacialidades. Contatos: manuece@hotmail.com; manhis.ce@hotmail.com.

<sup>1</sup> A percepção dessas dinâmicas já vem ocorrendo nos últimos anos através de trabalhos que trouxeram grande contribuição à renovação dos estudos historiográficos sobre os povos indígenas. São exemplos dessa produção as pesquisas de alguns importantes historiadores brasileiros, publicadas em livros, caso de Ronaldo Vainfas, “A Heresia dos índios”; Ronald Raminelli, “Imagens da Colonização”; Janice Teodoro, “América Barroca”; Jonh M. Monteiro, “Negros da Terra”, só para citar algumas obras pioneiras da Nova História Indígena.

<sup>2</sup> Carta do Conselho Supremo da Companhia das Índias Ocidentais (CSCIO) aos Diretores na Holanda, de 25 de Agosto de 1637. In: STUDART, Guilherme. Datas e Fatos para a História do Ceará. Vol. 1. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

<sup>3</sup> A própria conquista de áreas açucareiras, Bahia (1624) e Pernambuco (1630), só foi possível pela força e apoio dos indígenas. Índios que tinham, em boa parte, decidida oposição aos portugueses, por suas práticas autoritárias de escravização. Até por volta de 1580, a mão de obra predominante, nos engenhos e fazendas dos locais mais tarde conquistados por holandeses, era a de escravos indígenas. Sobre o assunto ver: SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Especialmente o capítulo 2, “Uma geração exaurida”.

<sup>4</sup> Data e Sesmaria de Thomé da Silva em 27/11/1708. Livro 3 das Sesmarias. APEC, p.175.

<sup>5</sup> AHU - Requerimento dos índios da serra da Ibiapaba ao rei, 12 outubro de 1720. (grifos meus). Manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino Português referentes ao Ceará (AHU-CE) Caixa 1, doc. nº 65.

## Referências

BECK, Mathias. Diário da expedição ao Ceará. In: **Estudos comemorativos ao Tricentenário do Ceará**. Fortaleza: Edição Instituto do Ceará, 1903.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado** – Pesquisas de Antropologia Política, Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1990.

BURKE, Peter. **O Mundo como Teatro**. Estudos de Antropologia Histórica. Lisboa: DIFEL, 1992.

CASTRO, Viveiros de. O mármore e a murta. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1992.



MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra** - Índios e bandeirantes nas Origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SOUTO MAIOR, Antônio. **Dois documentos inéditos e interessantíssimos** (Cartas dos Índios Pedro Poty e Felipe Camarão), 1912.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SOUZA, Laura de Melo e. Inferno Atlântico – **Demonologia e Colonização** (Séculos XVI – XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

\_\_\_\_\_; BICALHO, Maria Fernanda. **1680-1720**: O império deste mundo. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

STUDART, Guilherme. **Datas e Fatos para a História do Ceará**. Vol. 1. Fortaleza: Typographia Studart, 1896.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América** – A questão do Outro. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

## **Abstract**

This article analyses the relations among the native, the European and settlers, during the beginning of the Ceará colonization. The movements, the dimensions and identity dynamics on Ceará Indígena are demonstrated on the alliances, negotiations, “adaptations”, as well as the explicit resistances. The native recreates part of his own world usually by the appropriation of the settler’s referentials, asserting his identity on a traditional space and on the settler’s space itself, giving it a new meaning.

**Keywords:** Territoriality. Memory. Native history.